Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão - COGEAE/PUC-SP

**A APLICAÇÃO DO REGIME DE COMPETÊNCIA À DEDUÇÃO DE DESPESAS
POR PESSOAS JURÍDICAS: O CASO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

CARLOS PACHECO FERNANDES

São Paulo

2013

CARLOS PACHECO FERNANDES

**A APLICAÇÃO DO REGIME DE COMPETÊNCIA À DEDUÇÃO DE DESPESAS
POR PESSOAS JURÍDICAS: O CASO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

Monografia apresentada como exigência para a obtenção do certificado de especialização em Direito Tributário pela Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão – COGEAE/PUC-SP, sob a orientação da Professora Daniela de Andrade Braghetta.

São Paulo

2013

RESUMO

No presente estudo, buscamos analisar o momento em que uma despesa deve ser registrada na escrituração de uma pessoa jurídica, de acordo com o regime de competência. Tendo como premissa os resultados dessa análise genérica, passamos ao exame da aplicação desse regime aos juros sobre o capital próprio (“JCP”), uma forma de remuneração pelo capital investido em empresas brasileiras passível de dedução para fins de apuração do IRPJ e da CSLL apurados pelo lucro real. Os JCP são calculados por meio da aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo sobre o patrimônio líquido da pessoa jurídica. Existe uma controvérsia entre fisco e contribuintes a respeito do período a que competem os JCP e da possibilidade de eles serem deduzidos para fins de apuração do lucro real quando calculados sobre o patrimônio líquido de períodos de apuração já encerrados. Analisamos as principais linhas de interpretação passíveis de adoção para a solução dessa controvérsia e a forma como foram aplicadas a casos concretos pela jurisprudência. Ao final, concluímos que a linha de interpretação mais adequada é a que sustenta que os JCP competem ao período em que o seu pagamento é deliberado, independentemente do patrimônio líquido sobre o qual foram calculados. Ainda, os limites de dedutibilidade a serem observados seriam aqueles apurados no período ao qual os JCP pertencem.

Palavras-chave: Regime de competência. Dedutibilidade. Juros sobre o capital próprio. IRPJ. CSLL. Lucro real.

ABSTRACT

In this study, we carried out an analysis of the correct moment for the deduction of an expense by a legal entity, under the accrual method. Based on the results of this general analysis, we examined the application of the accrual method to the interest on net equity (“INE”), a form of remuneration for the capital invested in Brazilian companies that is deductible for purposes of calculating Corporate Income Taxes determined by the real profit regime. The INE is obtained by means of the application of the Long-Term Interest Rate over the net equity of a Brazilian legal entity. There is a controversy between tax authorities and taxpayers about the correct period for the deduction of the INE and the possibility of the INE calculated over the net equity of past periods be deducted for tax purposes. We exposed the main lines of interpretation that could be adopted to solve such a controversy and how they were applied to specific cases by the Brazilian Courts. Finally, we concluded that the most appropriate line of interpretation is the one under which the INE is deductible in the period that its payment is decided via a corporate resolution, regardless of the period of the net equity upon which the Long-Term Interest Rate was applied. Still, the deduction limits to which the INE is subject are those assessed in the period in which the INE should be deducted.

Keywords: Accrual method. Deductibility. Interest on net equity. Corporate Income Taxes. Real profit regime.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	1
1. APLICAÇÃO DO REGIME DE COMPETÊNCIA À DEDUÇÃO DE DESPESAS POR PESSOAS	3
1.1. Normas jurídicas e a regra-matriz de incidência do imposto de renda – Breves considerações	3
1.2. O lucro real e a dedução de despesas de acordo com o regime de competência	9
2. A DEDUTIBILIDADE DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	13
2.1. O regime tributário introduzido pela Lei nº 9.249/95 – Principais características	13
2.2. Momento de dedução dos JCP – Divergências entre fisco e contribuintes	15
3. DEDUTIBILIDADE DOS JCP RELATIVOS A PERÍODOS ANTERIORES - ANÁLISE DAS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO	18
3.1. Primeira linha de interpretação	18
3.2. Segunda linha de interpretação	20
3.3. Terceira linha de interpretação	24
4. ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA A RESPEITO DO TEMA	29
CONCLUSÕES	35
BIBLIOGRAFIA	37

INTRODUÇÃO

Os JCP são uma forma de remuneração do titular, do sócio ou do acionista de uma pessoa jurídica brasileira pelo capital nela investido. Atualmente, essa forma de remuneração é regulada pelo artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 (“Lei 9.249/95”). Desde que atendidas as disposições desse artigo, os JCP podem ser deduzidos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de tributação com base no lucro real.

Desde a promulgação da Lei 9.249/95, diversas controvérsias envolvendo os JCP surgiram entre fisco e contribuintes. Novas controvérsias surgem têm surgido inclusive nos dias de hoje. O presente trabalho tem como objetivo discorrer a respeito de uma dessas controvérsias, nascida com a regulamentação dada pelo fisco aos JCP logo após a promulgação da Lei 9.249/95 e que ainda persiste nos dias atuais. Tal controvérsia diz respeito à dedutibilidade dos JCP relativos a períodos anteriores àquele em que a sua distribuição é deliberada.

Neste trabalho será analisada a aplicação do regime de competência aos JCP por pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real. Essa análise é necessária para que se possa verificar se os JCP pagos ou creditados em exercícios anteriores são dedutíveis para fins de apuração do IRPJ e da CSLL e, caso o sejam, quais os limites de dedutibilidade que lhe são aplicáveis. Assim, não serão abordadas discussões como a incidência ou não de PIS e COFINS sobre os JCP, a natureza jurídica dos JCP em face dos acordos internacionais para evitar a bitributação ou os potenciais efeitos das alterações promovidas na lei comercial¹ sobre a base de cálculo dos JCP (o patrimônio líquido das pessoas jurídicas).

No primeiro capítulo, baseados nos ensinamentos do professor Paulo de Barros Carvalho, traremos breves considerações acerca do conceito de norma jurídica e acerca da regra-matriz de incidência do imposto de renda, em cada um dos seus critérios. Feitas essas considerações, aprofundaremos na análise de um dos componentes do critério quantitativo da regra-matriz de incidência do imposto de renda: a base de cálculo. Mais especificamente, a base de cálculo do IRPJ apurado de acordo com o lucro real.

¹ Para fins tributários, era entendida como lei comercial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei 6.404/76”). Ocorre que essa Lei foi alterada pelas Leis nºs 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei 11.637/07”), e 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei 11.941/09”), para adaptar os padrões contábeis brasileiros aos padrões contábeis aceitos internacionalmente. A Lei 11.941/09 também instituiu o Regime Tributário de Transição (“RTT”), cujo objetivo era neutralizar os efeitos fiscais que poderiam derivar de tais alterações na lei comercial. Em que pese a abrangência do referido Regime ser discutível, o fato é que as alterações sofridas pela

O lucro real é um regime de tributação pelo qual a base de cálculo do IRPJ é apurada de acordo com o regime de competência. Assim, dado o objetivo do presente trabalho, nossa atenção estará voltada à aplicação do regime de competência à dedução de despesas por pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real.

No segundo capítulo trataremos do regime tributário dispensado aos JCP pela Lei 9.249/95, com enfoque nas regras relativas à sua dedutibilidade. Esse capítulo também introduzirá a discussão que existe entre fisco e contribuintes a respeito do período ao qual os JCP competem e da dedutibilidade dos JCP calculados sobre o patrimônio líquido de períodos já encerrados.

No terceiro capítulo serão analisadas as três principais linhas de interpretação que podem ser utilizadas para a solução da controvérsia acima.

E no quarto capítulo, por sua vez, faremos uma análise do panorama jurisprudencial a respeito do tema, para verificar como têm sido adotadas as referidas linhas de interpretação pelos tribunais brasileiros.

Por fim, concluiremos que a linha de interpretação que possui mais argumentos a seu favor e que representa a melhor aplicação do regime de competência é aquela segundo a qual os JCP competem ao ano-calendário em que a sua distribuição é deliberada; logo, os JCP distribuídos retroativamente podem ser deduzidos para fins de apuração do lucro real no ano-calendário em que o seu pagamento é deliberado, respeitados os limites de dedutibilidade desse mesmo ano.

1. APLICAÇÃO DO REGIME DE COMPETÊNCIA À DEDUÇÃO DE DESPESAS POR PESSOAS JURÍDICAS

Antes de entrarmos no tema que dá nome a esse capítulo, é importante realizar algumas considerações acerca do conceito de normas jurídicas, bem como acerca da regra-matriz de incidência do imposto de renda.

A regra-matriz de incidência tributária (“RMIT”) representa a norma jurídica que inaugura o processo de incidência de um determinado tributo². Como será demonstrado abaixo, ela traz todos os elementos básicos que uma norma que institui um tributo deve possuir para que esse possa ser exigível por um ente tributante. Dentre esses elementos encontramos a base de cálculo.

No caso do IRPJ calculado de acordo com o lucro real, a sua base de cálculo será apurada levando-se em consideração as receitas auferidas e as despesas incorridas pela pessoa jurídica em um determinado intervalo de tempo. O regime de competência, por sua vez, é o regime pelo qual é feita a imputação temporal dessas receitas e despesas.

Assim, para uma melhor contextualização da aplicação do regime de competência à dedução de despesas por pessoas jurídicas sujeitas ao IRPJ calculado de acordo com o lucro real, passaremos antes pela análise da norma que introduziu o imposto de renda em nosso sistema jurídico.

1.1. Normas jurídicas e a regra-matriz de incidência do imposto de renda - Breves considerações

Conforme leciona o professor Paulo de Barros Carvalho, o direito positivo é o complexo de normas jurídicas válidas num dado país³. Ele se apresenta na forma de um sistema empírico e autônomo, à medida que visa disciplinar a conduta humana nas relações intersubjetivas e é vertido em linguagem própria, de índole prescritiva.

As normas jurídicas, as unidades que compõem esse sistema, são o juízo hipotético-condicional, expresso em proposições linguísticas (*se ocorrer fato X, então deve ser a*

2 A RMIT não é um dado empírico *per se*. Ela é usada para analisar o núcleo da norma jurídica que institui um tributo em um dado sistema de direito positivo; norma essa que possui uma estrutura na forma de antecedente e consequente. Trata-se de um método de estudo concebido pelo professor Paulo de Barros Carvalho que é adotado pela escola de direito tributário da PUC/SP. Segundo Paulo de Barros Carvalho, ela representa o mínimo irreduzível do deontico, isto é, os requisitos mínimos e essenciais que uma norma jurídica que institui um tributo deve possuir.

³ *Curso de Direito Tributário*. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 34.

prestação Y), que é construído pelo intérprete do Direito por meio da atribuição de significados e significações aos textos do direito posto⁴.

Esse juízo hipotético-condicional é composto por um antecedente e um conseqüente, os quais são unidos por um dos seguintes operadores deônticos: o obrigatório, o proibido ou o permitido, nas suas formas neutras (não modalizadas).

As normas jurídicas gerais e abstratas tem no seu antecedente a descrição de uma situação hipotética (ou hipótese de incidência) cuja ocorrência implica o surgimento de um vínculo jurídico, prescrito no conseqüente, entre dois ou mais sujeitos. Já as normas jurídicas individuais e concretas têm no seu antecedente um fato jurídico (a ocorrência concreta da hipótese de incidência) e, no seu conseqüente, uma relação jurídica entre um sujeito ativo e um sujeito passivo cujo objeto é uma prestação que deve ser realizada pelo segundo em favor do primeiro. Por meio da relação jurídica que se instaura no conseqüente da norma jurídica individual e concreta, o sujeito ativo possui a faculdade, ou o direito, de exigir do sujeito passivo o cumprimento da prestação. Ao passo que o sujeito passivo possui o dever de cumpri-la.

A norma jurídica geral e abstrata funciona como fundamento de validade da norma jurídica individual e concreta; e a subsunção da segunda à primeira é o que representa o fenômeno da incidência normativa. Ocorre que essa subsunção não é automática e infalível. Ela depende da atuação de um ser humano que, por meio do seu relato em linguagem competente, enquadra determinado evento da realidade social na hipótese de incidência, fazendo surgir o fato jurídico, o antecedente da norma individual e concreta. O fato jurídico, por sua vez, faz nascer uma relação jurídica entre dois sujeitos determinados, um no polo ativo e outro no polo passivo.

Nota-se que as normas individuais e concretas incidem sobre fatos jurídicos (e não sobre eventos da realidade social ou fatos de outra natureza, tais como fatos contábeis, econômicos ou históricos). Com efeito, o fato jurídico é o relato em linguagem competente da ocorrência, no mundo fenomênico, da situação prevista na hipótese de incidência. E somente com o seu relato em linguagem competente (própria do Direito) é que um evento colhido no ambiente social se torna apto a ingressar no mundo do Direito.

⁴ Os textos do direito posto nada mais são do que os suportes físicos das normas jurídicas. Trata-se dos enunciados jurídicos produzidos pelo legislador, dos símbolos marcados no papel cuja leitura desperta no exegeta as mais diversas noções (significados). Essas noções, agrupadas em nosso intelecto, fazem surgir os juízos ou pensamentos (significações) que, por sua vez, se exprimem verbalmente como proposições. Nem sempre a leitura isolada do enunciado de um artigo permite a construção de uma norma jurídica. O exegeta deve então conjugá-lo com outros enunciados do direito em vigor para assim ter todos os elementos que o permitam construir a norma jurídica.

No âmbito do Direito Tributário, as normas jurídicas gerais e abstratas que definem a incidência de um tributo, isto é, que descrevem a hipótese de incidência, bem como estipulam os sujeitos da relação jurídico-tributária⁵ e os termos quantitativos da exação, também são chamadas pela Ciência do Direito de regra-matriz de incidência tributária. O operador deôntico com o qual elas operam é o obrigatório e, em princípio, há somente uma para cada tributo.

Reiteramos que a regra-matriz de incidência tributária é uma construção feita pelo cientista do Direito. Assim, ela se apresenta na forma de um juízo hipotético-condicional composto por uma proposição hipótese (hipótese de incidência) e uma proposição tese (consequente).

A doutrina, ao construir a RMIT, faz referência a determinados critérios (ou aspectos) que tanto o seu antecedente quanto o seu consequente devem possuir. Assim, no antecedente deve constar um critério material (um comportamento humano, sintaticamente representado por um verbo acompanhado de um objeto), condicionado no tempo (critério temporal) e no espaço (critério espacial). Já no consequente identificamos um critério pessoal (o sujeito ativo e o sujeito passivo da relação jurídico-tributária) e um critério quantitativo (base de cálculo e alíquota, cuja combinação de ambos permite quantificar a prestação devida pelo sujeito passivo). Nos dizeres de Paulo de Barros Carvalho⁶, a conjunção desses dados indicativos nos oferece a possibilidade de exibir, na sua plenitude, o núcleo lógico-estrutural da norma-padrão de incidência tributária.

No nosso sistema tributário atual, cabe à lei complementar a função de definir as regras-matrizes de incidência dos impostos previstos na Constituição Federal. É o que se depreende do seu artigo 146, III, “a”, senão vejamos:

Art. 146. Cabe à lei complementar: (...)
III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:
a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;

⁵ As relações jurídico-tributárias previstas nos consequentes das regras-matrizes de incidência são, invariavelmente, relações jurídicas de cunho patrimonial cujo polo ativo é ocupado pelo poder público e o polo passivo pelo contribuinte. O objeto dessas relações é sempre uma obrigação de dar, que se consubstancia na obrigação de carrear recursos financeiros aos cofres do Estado. No consequente das relações jurídico-tributárias havemos de novamente encontrar um dos operadores deônticos, agora na sua forma modalizada, ligando o sujeito ativo ao sujeito passivo.

⁶ Curso. p. 299.

A lei complementar que exerce tal função é a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, denominada de Código Tributário Nacional (“CTN”)⁷ e que foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 com força de lei complementar.

Pois bem. O imposto de renda, de competência federal, encontra-se previsto no artigo 153, III, da Constituição, segundo o qual compete à União instituir impostos sobre “renda e proventos de qualquer natureza”⁸. O CTN, exercendo a função da qual foi incumbido, definiu a regra-matriz de incidência desse imposto nos seus artigos 43, 44 e 45⁹. *In verbis*:

Art. 43. O imposto, de competência da União, sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica:

I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos;

II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

§ 1º A incidência do imposto independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

§ 2º Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, a lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto referido neste artigo. (Incluído pela Lcp nº 104, de 10.1.2001)

Art. 44. A base de cálculo do imposto é o montante, real, arbitrado ou presumido, da renda ou dos proventos tributáveis.

Art. 45. Contribuinte do imposto é o titular da disponibilidade a que se refere o artigo 43, sem prejuízo de atribuir a lei essa condição ao possuidor, a qualquer título, dos bens produtores de renda ou dos proventos tributáveis.

Parágrafo único. A lei pode atribuir à fonte pagadora da renda ou dos proventos tributáveis a condição de responsável pelo imposto cuja retenção e recolhimento lhe caibam.

A base de cálculo do imposto de renda é o acréscimo patrimonial, seja esse acréscimo concretizado na forma de renda ou de um provento de qualquer outra natureza, conforme dispõem os incisos I e II do artigo 43. Acréscimo patrimonial está ligado à ideia de variação (ou mutação) patrimonial positiva verificada após o transcurso de um determinado intervalo de tempo (período de apuração).

⁷ Vide Ato Complementar do Presidente da República nº 36, de 13 março de 1967.

⁸ Sem prejuízo de a função de definir a regra-matriz de incidência do imposto de renda ter sido delegada à lei complementar, segundo a melhor doutrina, o sistema tributário nacional pressupõe uma definição, mesmo que implícita, da materialidade do imposto de renda pela nossa Carta Política. Não se pretende aqui realizar uma análise aprofundada do conceito constitucional de renda, sendo suficiente para o presente trabalho adotar a premissa de que o critério material da regra-matriz do imposto de renda trazida pelo CTN está em conformidade com a riqueza que nossa Constituição pretendia atingir com o imposto de renda.

⁹ Para fins científicos, a expressão “fato gerador”, encontrada nos enunciados da Constituição e do CTN, deve ser entendida como hipótese de incidência tributária. Isso porque os enunciados de tais diplomas dão suporte a normas gerais e abstratas. O fato gerador (ou fato impositivo) é equivalente ao fato jurídico tributário, que se enquadra no antecedente da norma tributária individual e concreta. O fato gerador tem como suporte físico enunciados hierarquicamente inferiores à Constituição e ao CTN, introduzidos por meio de leis ordinárias.

Existem basicamente dois regimes que podem ser adotados para se realizar o registro temporal das mutações patrimoniais, de modo a verificar a qual período de apuração elas pertencem. São eles o regime de caixa e o regime de competência.

De acordo com o artigo 44, o acréscimo patrimonial para fins fiscais pode ser calculado de três formas diferentes: pelo seu montante real, pelo seu montante presumido ou pelo seu montante arbitrado. A principal distinção que pode ser feita entre cada uma dessas formas de cálculo diz respeito às mutações patrimoniais que são consideradas para fins de apuração da base de cálculo do imposto de renda.

Sobre o acréscimo patrimonial apurado por uma dessas formas são aplicadas as alíquotas previstas na legislação ordinária que regulamenta o imposto de renda. De acordo com a Lei 9.430/96, a alíquota básica do IRPJ é de 15% e a parcela da base de cálculo que exceder a R\$ 20.000,00 multiplicados pelo número de meses do período de apuração ficará sujeita à incidência do adicional de IRPJ à alíquota de 10%.

O sujeito ativo do imposto de renda será sempre a União. Já o sujeito passivo poderá ser o titular da disponibilidade jurídica ou econômica do acréscimo patrimonial ou o possuidor desse, a qualquer título.

O critério material da hipótese de incidência do imposto de renda é a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de acréscimos patrimoniais (na forma de renda ou de proventos de qualquer natureza). Interessante notar que o caput do artigo 43 distingue a disponibilidade econômica da disponibilidade jurídica, sendo que a aquisição de uma *ou* de outra é o suficiente para a configuração do critério material da regra-matriz de incidência do imposto de renda. “É que o contribuinte pode adquirir a disponibilidade econômica, e não jurídica, de um provento. Isso ocorre quando seu acréscimo patrimonial advém de um ato não protegido pela lei, ou mesmo contra a lei”¹⁰. Assim, podemos afirmar que a disponibilidade jurídica é sempre, concomitantemente, econômica, enquanto que a econômica pode não ser jurídica.

Por se tratar de um imposto de competência da União, poder-se-ia afirmar que o critério espacial da norma-padrão do imposto de renda abrange todo o território nacional. Ocorre que, com a introdução dos parágrafos 1º e 2º ao artigo 43 do CTN pela Lei Complementar nº 104, de 10 de janeiro de 2001, o princípio da territorialidade, que até então regia o imposto de renda, foi substituído pelo princípio da universalidade da renda, de modo que mesmo a aquisição, no exterior, da disponibilidade jurídica ou econômica de acréscimos

¹⁰ OLIVEIRA, Ricardo Mariz. *Guia IRPJ/CSLL (Atualização Fevereiro/2011)*. Procedimento I.3, seção 2, 2011. Disponível em www.marizisqueira.com.br/guias_link.html. Acessado em 1º de outubro de 2013.

patrimoniais ensejaria o recolhimento de imposto de renda no Brasil, desde que o seu titular nele esteja localizado.

Há na doutrina e na jurisprudência uma grande discussão acerca da aplicação do princípio da universalidade da renda, mas cuja exposição não é conveniente no momento pois não agrega à análise proposta no início do presente. O que podemos afirmar é que, atualmente, existe um consenso no sentido de que, a partir da Lei Complementar nº 104, também passou a ser colhido pela regra-matriz do imposto de renda o acréscimo patrimonial oriundo de fonte produtora situada no exterior, desde que o seu titular esteja localizado no Brasil¹¹.

Já o seu critério temporal será o momento em que se considera adquirida a disponibilidade econômica ou jurídica do acréscimo patrimonial. Esse momento se dá somente com o encerramento do período de apuração.

É importante salientar que a legislação tributária leva em conta o princípio da renda realizada. Assim, não é possível tributar a renda (ou acréscimo patrimonial) que ainda não está disponível para o contribuinte, o que ocorrerá somente ao final do período de apuração¹².

Sintetizando os comentários acima a respeito dos seus critérios, temos que a regra-matriz de incidência do imposto de renda pode ser construída da seguinte maneira:

Hipótese de incidência

- Critério material: aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de acréscimo patrimonial;
- Critério espacial: território nacional (bastando que a fonte produtora do acréscimo patrimonial ou o seu titular estejam localizados no Brasil);
- Critério temporal: momento em que o acréscimo patrimonial se torna jurídica ou economicamente disponível

¹¹ Convém esclarecer que, mesmo antes da edição da Lei Complementar nº 104, já era alcançado pela regra-matriz de incidência do imposto de renda o acréscimo patrimonial produzido por bens ou direitos localizados no Brasil mas cujo titular estava localizado no exterior. Nesses casos, de acordo com o previsto no artigo 45 do CTN, o polo passivo da relação jurídico-tributária é ocupado pelo possuidor, a qualquer título, dos bens produtores do acréscimo patrimonial, ou então à fonte produtora desse. A novidade trazida pela Lei Complementar nº 104 foi a de que passaram a também ser alcançados pela regra-matriz do imposto de renda os acréscimos patrimoniais cuja respectiva fonte produtora não está localizada no Brasil, contanto que o seu titular nele esteja localizado.

¹² Nesse sentido, Roque Antonio Carrazza observa com clareza: “Como é fácil perceber, o IR é um imposto que se renova periodicamente. Seu *fato impositivo* aperfeiçoa-se quando se conclui o período de apuração, não sendo dado ao legislador federal mandar tributar a renda potencial, isto é, ainda não realizada.” (destaques do original) (CARRAZZA, Roque Antonio. *Imposto sobre a Renda (perfil constitucional e temas específicos)*. 1ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 38)

Consequente

- Critério pessoal: *sujeito ativo* – União; *sujeito passivo* – titular da disponibilidade jurídica ou econômica do acréscimo patrimonial ou o possuidor dos bens produtores do acréscimo patrimonial daquele titular;
- Critério quantitativo: *base de cálculo* – acréscimo patrimonial; *alíquota* (no caso do IRPJ) – 15% e 10% sobre a base de cálculo apurada para o adicional de IRPJ.

No próximo tópico, voltaremos nossa atenção à análise de um dos componentes do critério quantitativo da regra-matriz de incidência do imposto de renda: a base de cálculo. Mais especificamente, a base de cálculo do IRPJ apurado de acordo com o lucro real, um regime instituído para a operacionalização de uma das formas arroladas pelo artigo 44 do CTN para cálculo do lucro tributável (aquela que leva em conta o seu montante real).

O lucro real pressupõe o registro das mutações patrimoniais sofridas pela pessoa jurídica em um dado intervalo de tempo¹³ pelo regime de competência. Ele também é o único regime de tributação em que as variações redutoras do patrimônio (as despesas) são consideradas para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL¹⁴.

Assim, dado o objetivo deste trabalho, buscaremos no próximo tópico explicar a aplicação do regime de competência à dedução de despesas por pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real.

1.2. O lucro real e a dedução de despesas de acordo com o regime de competência

O artigo 247 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (“RIR/99”), traz o conceito de lucro real. Vejamos:

¹³ Como regra geral, independentemente do regime de tributação adotado, o período de apuração do IRPJ é trimestral, encerrando-se nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. As pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real, no entanto, podem ainda optar por um período de apuração anual, com encerramento em 31 de dezembro de cada ano-calendário (nesse caso, o período de apuração possui duração igual à do exercício social definido pela Lei 6.404/76: um ano).

¹⁴ A propósito da CSLL, o seu fundamento constitucional é o artigo 195, I da Carta Magna. O CTN nada diz a respeito da sua regra-matriz de incidência. Esta é definida pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988 (“Lei 7.689/88”). Não será analisada aqui a constitucionalidade da regra-matriz de incidência da CSLL ou os seus critérios. Apenas consignamos que, exceto quando expressamente dito de forma contrária, do tópico a seguir em diante, os comentários feitos a respeito de aspectos ligados ao IRPJ são igualmente aplicáveis à CSLL, por força do artigo 28 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 (“Lei 9.430/96”), que afirma também serem aplicáveis à CSLL as regras relativas à apuração da base de cálculo do IRPJ.

Art. 247. Lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Decreto (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º).

§ 1º A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das disposições das leis comerciais (Lei nº 8.981, de 1995, art. 37, § 1º).

O conceito de lucro líquido para fins fiscais, por sua vez, é trazido no artigo seguinte:

Art. 248. O lucro líquido do período de apuração é a soma algébrica do lucro operacional (Capítulo V), dos resultados não operacionais (Capítulo VII), e das participações, e deverá ser determinado com observância dos preceitos da lei comercial (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 1º, Lei nº 7.450, de 1985, art. 18, e Lei nº 9.249, de 1995, art. 4º).

Da leitura dos dois dispositivos acima infere-se que a apuração do lucro real é precedida pela apuração do lucro líquido do período, que por sua vez é determinado com observância dos preceitos da lei comercial. Por força de disposição expressa constante do inciso IX do artigo 67 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 (“Decreto-Lei 1.598/77”), a lei comercial deve ser entendida como a Lei 6.404/76. Veja-se:

XI - o lucro líquido do exercício deverá ser apurado, a partir do primeiro exercício social iniciado após 31 de dezembro de 1977, com observância das disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Assim, é possível afirmar que o lucro real tem como ponto de partida o lucro líquido apurado de acordo com a Lei 6.404/76. Referido diploma legal, no caput do seu artigo 177, estabelece que a escrituração da pessoa jurídica deve registrar as variações patrimoniais de acordo com o regime de competência. *In verbis*:

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

Já o parágrafo primeiro do artigo 187 da Lei 6.404/76 informa quais os preceitos a serem seguidos pela pessoa jurídica para imputação das mutações patrimoniais aos seus resultados:

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

Da conjugação do enunciado do caput do artigo 177 com o enunciado do parágrafo primeiro do artigo 187 da Lei 6.404/76 é possível chegar a duas conclusões. A primeira é a de que o resultado do exercício é apurado mediante o confronto entre as variações patrimoniais positivas (receitas) e negativas (despesas) ocorridas em um determinado intervalo de tempo – o exercício social. Se ao término desse intervalo de tempo o montante total das variações patrimoniais positivas superar o montante total das variações negativas, teremos um acréscimo patrimonial (lucro). Caso contrário, teremos um decréscimo patrimonial (prejuízo).

A segunda conclusão a que se chega é que as mutações patrimoniais, quando registradas de acordo com o regime de competência, são consideradas independentemente da sua realização financeira¹⁵.

O regime de competência decorre de princípio contábil homônimo e cuja aplicação resulta no dever de se registrar a receita ou a despesa no momento em que elas afetam o patrimônio de uma entidade jurídica e economicamente.

Conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 187 da Lei 6.404/76, as receitas serão imputadas ao patrimônio quando auferidas pela pessoa jurídica, independentemente da sua realização em moeda, e as despesas quando incorridas, independentemente do seu pagamento.

A ideia que está por trás desse regime é a de que todo fato que produza variação patrimonial pertence (isto é, se relaciona ou “compete”) a um determinado período¹⁶. Assim, para saber a que período de apuração pertence determinada despesa, é preciso verificar quando ela é incorrida, isto é, quando surge a obrigação de pagá-la (independentemente de ser ou não efetivamente paga).

Para esse propósito, valemo-nos das lições de Edmar Oliveira Andrade Filho¹⁷, segundo o qual a ideia de valor incorrido

traduz a noção de algo que é perfeito e acabado, definitivo, e, portanto, isento de condições. O fato de uma despesa (ou custo, ou perda) estar incorrida é que a diferencia de uma mera provisão, cujo traço principal é o seu caráter contingencial e reversível.

¹⁵ Ao contrário do que acontece no regime de caixa, que privilegia o aspecto financeiro dos negócios jurídicos. Por oportuno, cumpre esclarecer que embora a aplicação do regime de competência seja a regra para todos os regimes de apuração do IRPJ, não apenas para o lucro real, excepcionalmente a legislação do imposto de renda adota o regime de caixa para imputação temporal de determinadas variações patrimoniais específicas.

¹⁶ ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. *Imposto de Renda das Empresas*. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. p 105.

¹⁷ *Op. cit.* p.125.

O autor também faz referências aos ensinamentos de Sampaio Dória, para quem despesa incorrida é aquela que

(a) resulta de obrigação formalmente contratada, líquida e certa, vencida ou não; (b) seja precisamente quantificável; (c) independa de evento futuro e incerto, que possa eliminar a respectiva obrigação, verificando-se automaticamente seu vencimento (decorso de prazo, para exemplificar); e (d) possua titular (credor) identificado precisamente.

O próprio fisco, em mais de uma oportunidade, manifestou-se a respeito do regime de competência e, por conseguinte, a respeito de quando se considera incorrida uma despesa. Nesse sentido, transcrevemos a seguir um trecho do Parecer Normativo do Coordenador do Sistema de Tributação (CST) nº 58, de 1º de setembro de 1977.

6. Temos por assente que a obrigação de pagar determinada despesa (enquadrável como operacional) nasce quando, em face da relação jurídica que lhe deu causa, já se verificaram todos os pressupostos materiais que a tornam incondicional, vale dizer, exigível independentemente de qualquer prestação por parte do respectivo credor. Invariavelmente, tal despesa tem seu valor determinado ou facilmente quantificável.

Tendo em mente as considerações acima, no próximo capítulo passamos à análise das regras que dispõem acerca dos JCP, dedutíveis sob a forma de despesas financeiras para fins de apuração do lucro real desde que observadas as disposições da Lei 9.249/95. A análise das disposições dessa Lei é necessária para que possamos verificar quando as despesas relativas aos JCP são incorridas por uma pessoa jurídica, isto é, quando os JCP podem ser deduzidos do lucro líquido apurado para fins fiscais.

2. A DEDUTIBILIDADE DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

2.1. O regime tributário introduzido pela Lei 9.249/95 – Principais características

A remuneração do capital investido em empresas por seus sócios, acionistas ou titulares por meio de JCP já era prevista em nosso ordenamento jurídico desde muito antes da Lei 9.249/95; contudo, os JCP eram considerados indedutíveis para fins fiscais¹⁸.

Com a nova regulamentação trazida pelo artigo 9º da Lei 9.249/95, os JCP adquiriram maior relevância no cenário empresarial brasileiro, pois partir do ano-calendário de 1996 passaram a ser considerados dedutíveis para fins de apuração do lucro real os JCP pagos ou creditados por pessoas jurídicas em favor dos seus sócios, titulares ou acionistas, como forma de remuneração do capital próprio. *In verbis*¹⁹:

Art. 9º A pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.
 § 1º O efetivo pagamento ou crédito dos juros fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. (Redação dada pela Lei nº 9.430, de 1996)
 § 2º Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

Os JCP podem ser calculados pela taxa que a pessoa jurídica considerar mais conveniente, desde que ela não exceda a variação *pro rata* dia da TJLP²⁰. Ainda, a dedutibilidade dos JCP pagos ou creditados aos sócios, titulares ou acionistas não pode exceder o maior dos seguintes parâmetros: (i) 50% do lucro do exercício antes da dedução dos JCP ou (ii) 50% dos lucros acumulados e reservas de lucros.

O patrimônio líquido sobre o qual a TJLP é aplicada é aquele definido pela Lei 6.404/76²¹, observados os ajustes expressamente prescritos pela legislação tributária a respeito de algumas contas ou valores que não podem constar do patrimônio líquido para fins de

¹⁸O artigo 49 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, vedava expressamente a dedução de JCP para fins de apuração do IRPJ. Como a CSLL foi instituída em 1988, por meio da Lei nº 7.689/88, só há que se falar a respeito da dedutibilidade dos JCP para fins de CSLL a partir da promulgação da Lei 9.249/95.

¹⁹ Redação já de acordo com as alterações promovidas pelo artigo 78 da Lei 9.430/96.

²⁰ A TJLP é fixada pelo Conselho Monetário Nacional, em percentuais anuais com vigência trimestral e divulgada por meio de Resolução do Banco Central (“BACEN”).

²¹ De acordo com os artigos 182 e 189 a 200 da Lei 6.404/76, o patrimônio líquido é formado pela soma algébrica do valor do capital social realizado, das reservas (de capital, de lucros ou de reavaliação) e dos lucros ou prejuízos acumulados.

cálculo dos JCP, ou, então, cuja inclusão no patrimônio líquido está sujeita ao cumprimento de determinadas condições.

Originalmente, o artigo 9º da Lei 9.249/95 não permitia a dedução dos JCP para fins de apuração da base de cálculo da CSLL. No entanto, com as alterações promovidas nesse artigo pela Lei 9.430/96, a partir do ano-calendário de 1997 os JCP também passaram a ser dedutíveis para fins de apuração da CSLL, desde que observadas as mesmas regras aplicáveis à dedução dos JCP para fins de apuração do lucro real.

Ademais, de acordo com a Instrução Normativa SRF nº 41, de 22 de abril de 1998 (“IN 41/98”), o valor dos JCP líquido do IRRF também pode ser utilizado para integralização do aumento de capital da pessoa jurídica, sem que isso prejudique a sua dedutibilidade. Nessa hipótese, os valores permanecerão em conta de reserva no patrimônio líquido até que a sua incorporação ao capital seja deliberada (enquanto isso não ocorrer, tal reserva pode compor o patrimônio líquido para fins de cálculo dos JCP).

Via de regra, do ponto de vista do beneficiário, os JCP estão sujeitos à incidência de IRRF à alíquota de 15%. Ainda, se o beneficiário dos JCP for residente ou domiciliado em paraíso fiscal, o IRRF incidirá à alíquota de 25%. Em outras palavras, o tratamento dispensável ao IRRF incidente sobre os JCP dependerá do regime de tributação ao qual o seu beneficiário estiver sujeito.

Traçadas as principais características do regime tributário introduzido pela Lei 9.249/95, cumpre repisar que a dedutibilidade dos JCP está condicionada ao pagamento ou crédito (contábil) dos JCP feito de forma individualizada a cada um dos sócios, acionistas ou titulares da pessoa jurídica²².

A TJLP e as contas do patrimônio líquido configuram os elementos quantitativos para o cálculo do montante dos JCP passível de distribuição, mas a dedução dos JCP está limitada ao maior dos seguintes parâmetros: 50% do lucro líquido do exercício (antes da dedução dos JCP) ou 50% dos lucros acumulados e reservas de lucros.

Por fim, é importante ter em mente que, conforme bem colocado por Paulo Ayres Barreto, “os JCP são uma faculdade da empresa (o modal é permitido), cujo efeito fiscal consiste na dedução de certo montante na apuração do lucro real das pessoas jurídicas”²³. Assim, considerando que o artigo 9º da Lei 9.249/95 não impõe aos JCP nenhum regime

²² De acordo com o artigo 1º da IN 41/98 “considera-se creditado, individualizadamente, o valor dos juros sobre o capital próprio, quando a despesa for registrada, na escrituração contábil da pessoa jurídica, em contrapartida a conta ou subconta de seu passivo exigível, representativa de direito de crédito do sócio ou acionista da sociedade ou do titular da empresa individual.”

²³ *Juros sobre o Capital Próprio: Não-Incidência de PIS e COFINS*. Revista de Direito Tributário nº 100. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 131.

especial de imputação temporal, presume-se que eles devam ser registrados de acordo com o regime de competência.

2.2. Momento de dedução dos JCP – Divergências entre fisco e contribuintes

A Instrução Normativa SRF nº 11, de 21 de fevereiro de 1996 (“IN 11/96”), foi editada logo após a promulgação da Lei 9.249/95. A necessidade de observância do regime de competência para fins de dedução dos JCP está expressamente prevista no enunciado do artigo 29 dessa IN, como pode ser visto a seguir:

Art. 29. Para efeito de apuração do lucro real, **observado o regime de competência**, poderão ser deduzidos os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. (grifos nossos)

Também a IN 11/96 definiu que os JCP devem ser classificados como despesa financeira para fins de dedução da base de cálculo do IRPJ. Veja-se a seguir o parágrafo único do artigo 30 da referida IN:

Parágrafo único. Para efeito de dedutibilidade na determinação do lucro real, os juros pagos ou creditados, ainda que imputados aos dividendos ou quando exercida a opção de que trata o § 1º do artigo anterior [incorporação dos JCP ao capital social da pessoa jurídica ou a sua manutenção em reserva destinada a esse fim], deverão ser registrados em contrapartida de despesas financeiras.

Por decorrência lógica, a mesma IN determinou que os JCP fossem classificados como receita financeira quando recebidos por pessoa jurídica sujeita ao lucro real (artigo 29, parágrafo 4º). Esse tratamento fiscal também foi adotado pelo artigo 1º, parágrafo único, I, do Decreto nº 5.442, de 9 de maio de 2005, o qual determinou que os JCP configuram receita financeira sujeita à incidência do PIS e da COFINS quando recebidos por pessoas jurídicas que apuram essas contribuições pelo regime não cumulativo²⁴.

Pois bem. A celeuma entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil (“RFB”) e os contribuintes a respeito do período de competência dos JCP se instaurou a partir da

²⁴ “Art. 1o Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre as receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de hedge , auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de incidência não-cumulativa das referidas contribuições. Parágrafo único. O disposto no caput : I - não se aplica aos juros sobre o capital próprio; (...)”

publicação da IN 11/96 e da interpretação dada pelas autoridades fiscais ao seu artigo 29, que traz no seu caput a expressão “observado o regime de competência”.

Tendo como suporte físico o enunciado do referido artigo 29, as autoridades fiscais construíram a interpretação de que os JCP constituem despesa financeira incorrida ano a ano e, portanto, competem ao ano-calendário correspondente ao patrimônio líquido sobre o qual são calculados. Ainda, a não dedução dos JCP no seu ano de competência implicaria renúncia pela pessoa jurídica do direito que lhe é concedido pelo artigo 9º da Lei 9.249/95, de modo que os JCP não poderiam ser deduzidos em anos posteriores.

Nos autos de infração lavrados para a cobrança de IRPJ e CSLL pagos a menor em razão de suposta dedução indevida de JCP relativos a exercícios anteriores, a RFB faz alusão à necessidade de deliberação do pagamento dos JCP no devido tempo, sob pena de se configurar a renúncia ou a preclusão (decadência) do direito consignado no artigo 9º da Lei 9.249/95.

Por outro lado, com base no artigo 9º da Lei 9.249/95 e no mesmo artigo 29 da IN 11/96, os contribuintes se defendem sustentando a interpretação de que a obrigação de pagar os JCP surge somente se e quando houver deliberação da pessoa jurídica nesse sentido. Assim, o exercício competente para fins de dedução dos JCP seria aquele em que há a deliberação pelo seu pagamento, independentemente de os JCP se referirem ao patrimônio líquido de anos anteriores, pois é no momento (período) em que há a deliberação que se considera incorrida a despesa relativa aos JCP.

Subsidiariamente, os contribuintes também alegam que, mesmo que pagos ou creditados fora do seu período de competência, ainda assim os JCP poderiam ser considerados dedutíveis, contanto que a sua dedução extemporânea não resulte (i) na postergação do pagamento do imposto ou (ii) na redução indevida do lucro real, conforme o artigo 273 do RIR/99²⁵.

O período de competência dos JCP é que definirá o limite de dedução a ser observado, o qual leva em conta a metade do lucro do exercício ou a metade dos lucros acumulados. Assim, sem prejuízo do argumento subsidiário dos contribuintes, a depender da posição que for adotada, o limite em questão será apurado no período em que os JCP forem

²⁵ “Art. 273. A inexactidão quanto ao período de apuração de escrituração de receita, rendimento, custo ou dedução, ou do reconhecimento de lucro, somente constitui fundamento para lançamento de imposto, diferença de imposto, atualização monetária, quando for o caso, ou multa, se dela resultar (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 5º):

I - a postergação do pagamento do imposto para período de apuração posterior ao em que seria devido; ou
II - a redução indevida do lucro real em qualquer período de apuração. (...)”

pagos/creditados ou então nos períodos correspondentes aos patrimônios líquidos sobre os quais a TJLP foi aplicada.

Com efeito, a Lei 9.249/95 não exige expressamente que os JCP sejam calculados sobre o patrimônio líquido do mesmo período em que pagos ou creditados. Outrossim, ela não proíbe expressamente a dedução dos JCP calculados sobre o patrimônio líquido de períodos anteriores àquele em que pagos ou creditados. Tampouco há na legislação em vigor qualquer limite temporal para pagamento dos JCP.

Como será demonstrado no próximo capítulo, a doutrina é favorável à posição adotada pelos contribuintes; entretanto, a jurisprudência é oscilante, ora permitindo a dedução de JCP retroativos, ora vedando-a. E mesmo entre os precedentes em que foi admitida a dedução dos JCP retroativos há divergências, sendo que em alguns foram apurados os limites de dedutibilidade com base no ano em que houve o pagamento ou o crédito dos JCP, ao passo que em outros os limites de dedutibilidade aplicados levaram em conta os parâmetros relativos ao ano²⁶ correspondente ao patrimônio líquido sobre o qual foi aplicada a TJLP.

A despeito de a discussão entre fisco e contribuintes já durar quase duas décadas, a jurisprudência ainda não pacificou seu entendimento. Essa indefinição acaba por gerar um cenário de insegurança jurídica que impede o contribuinte de ter plena noção do direito que lhe foi concedido pela Lei 9.249/95.

²⁶ As expressões “ano”, “ano-calendário” ou “exercício”, utilizadas ao longo dessa monografia fazem referência ao período de apuração do lucro real anual. Nada obstante, esclarecemos que os comentários que utilizam essas expressões são igualmente a casos envolvendo pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real trimestral.

3. DEDUTIBILIDADE DOS JCP RELATIVOS A PERÍODOS ANTERIORES - ANÁLISE DAS LINHAS DE INTERPRETAÇÃO

Em síntese, a controvérsia apresentada no capítulo anterior gira em torno de três principais linhas de interpretação, quais sejam:

(1) Os JCP competem ao período correspondente ao patrimônio líquido sobre o qual são calculados e somente podem ser deduzidos nesse período, de acordo com os limites de dedutibilidade desse mesmo período;

(2) Os JCP competem ao período em que há a deliberação pelo seu pagamento. Dessa forma, os JCP calculados sobre o patrimônio líquido de anos anteriores podem ser deduzidos no exercício em que pagos ou creditados, observando-se os limites desse exercício;

(3) Os JCP competem ao período correspondente ao patrimônio líquido sobre o qual são calculados e devem observar os limites de dedutibilidade desse mesmo período. Nada obstante, os JCP calculados sobre as contas do patrimônio líquido de um dado exercício podem ser deduzidos em exercícios posteriores, desde que os efeitos dessa dedução posterior não sejam diferentes daqueles que seriam verificados caso os JCP fossem deduzidos no seu ano de competência, nos termos do artigo 273 do RIR/99.

A seguir, passamos à análise de cada uma dessas linhas de interpretação.

3.1. Primeira linha de interpretação

Os JCP competem ao período correspondente ao patrimônio líquido sobre o qual são calculados e somente podem ser deduzidos nesse período, de acordo com os limites de dedutibilidade desse mesmo período.

Essa linha de interpretação parte do pressuposto de que o exercício correto para a dedução dos JCP está ligado ao patrimônio líquido sobre o qual eles são calculados, pois os JCP constituiriam despesa financeira incorrida ano a ano.

Ela reconhece que a dedução dos JCP é uma faculdade concedida pelo legislador à pessoa jurídica, mas adota a premissa de que a não deliberação pelo pagamento dos JCP no mesmo ano-calendário do patrimônio líquido sobre o qual foi aplicada a TJLP implica renúncia tácita do direito consignado no artigo 9º da Lei 9.249/95.

De acordo com essa linha de interpretação, caso o contribuinte não exerça a faculdade que lhe é concedida no mesmo ano do patrimônio líquido sobre o qual é aplicada a TJLP, essa faculdade não poderá ser exercida em anos posteriores. Os agentes fiscais também costumam dizer que, ao o término do ano-calendário, ocorre a preclusão (decadência) do direito do contribuinte.

A dedução dos JCP calculados sobre o patrimônio líquido de um dado exercício só pode ocorrer nesse exercício e dentro dos limites desse exercício (50% do lucro líquido ou 50% dos lucros acumulados); caso contrário, em função da sujeição dos JCP ao regime de competência (tal como interpretado pelas autoridades fiscais), a pessoa jurídica não poderá deduzi-los nos anos subsequentes.

Em alguns casos, as autoridades fiscais também invocaram o princípio da independência (ou autonomia) dos exercícios fiscais para justificar a vedação à dedução dos JCP em ano-calendário posterior. Pela aplicação desse princípio à dedução de despesas, uma despesa que competisse a um ano-calendário não poderia ser deduzida em outro, independentemente do motivo para a não dedução dessa despesa no seu exercício competente.

A linha de interpretação ora apresentada é a mais conservadora e é a adotada pelas autoridades fiscais. Em decorrência disso, ao submeterem as pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real a procedimentos fiscalizatórios, os agentes da RFB tendem a glosar as deduções de JCP calculados sobre o patrimônio líquido de anos anteriores. Nesse sentido, a título ilustrativo da opinião da RFB, transcrevemos a seguir a solução de consulta nº 18/13, exarada pela Superintendência Regional da Receita Federal da 4ª Região Fiscal em 25 de fevereiro de 2013 e publicada em 15 de março de 2013. *Verbis*:

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ.

Ementa: Juros remuneratórios do capital próprio. Dedutibilidade. Limite temporal. Regime de competência. Exercícios anteriores. Impossibilidade.

A pessoa jurídica poderá deduzir para efeitos de apuração do lucro real, observado o regime de competência, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação "pro rata" dia da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Portanto, é vedada a dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio que tome como base de referência a movimentação do patrimônio líquido havida em exercícios anteriores ao do efetivo pagamento.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 6.404, de 1976, art. 177; Lei nº 9.249, de 1995, art. 9º, alterado pela Lei nº 9.430, de 1996; Decreto nº 3.000, de 1999 (RIR/1999),

arts. 247, § 1º, e 347; Instrução Normativa SRF nº 11, de 1996, art. 29; Instrução Normativa SRF nº 93, de 1997, arts. 29 e 30.

ISABEL CRISTINA DE OLIVEIRA GONZAGA - Chefe

3.2. Segunda linha de interpretação

Os JCP competem ao período em que há a deliberação pelo seu pagamento. Dessa forma, os JCP calculados sobre o patrimônio líquido de anos anteriores podem ser deduzidos no exercício em que pagos ou creditados, observando-se os limites desse exercício.

De acordo com essa linha de interpretação, o exercício ao qual os JCP competem não é aquele relativo ao patrimônio líquido sobre o qual são calculados, mas sim aquele em que há a deliberação pelo seu pagamento pelo órgão competente da pessoa jurídica. Desta forma, seria possível atender o princípio da competência e, ao mesmo tempo, deduzir os JCP calculados sobre o patrimônio líquido de períodos pretéritos (JCP retroativos), com a apuração dos limites de dedutibilidade no exercício em que houve a deliberação.

Os JCP retroativos pagos em determinado exercício não poderiam competir a exercícios anteriores visto que o intuito dos JCP é exatamente remunerar os sócios ou acionistas pelo tempo em que mantiveram seu capital investido na pessoa jurídica²⁷.

Antes da deliberação da pessoa jurídica não há que se falar em despesa incorrida, pois ainda não nasceu a relação jurídica que dá causa à obrigação de pagar os JCP²⁸. Nesse sentido, vejamos as palavras de Ricardo Mariz de Oliveira a respeito do assunto²⁹:

Antes dessa deliberação, não há JCP devidos. No momento em que a deliberação for tomada, e somente nele, isto é, somente a partir desse momento, há direito dos sócios ou acionistas aos JCP e, portanto, há obrigação da sociedade de pagá-los. Antes não há obrigação, porque não há relação jurídica que a tenha estabelecido, quando muito havendo uma possível expectativa de direito dos acionistas, mas não direito que já tenham adquirido e que possam exercer.

²⁷ Nesse sentido, a exposição de motivos nº 325, que acompanhou o projeto de lei que resultou na Lei 9.249/95, assevera que “a permissão da dedução de juros pagos ao acionista, até o limite proposto, em especial, deverá provocar um incremento das aplicações produtivas nas empresas brasileiras, capacitando-as a elevar o nível de investimentos, sem endividamento, com evidentes vantagens no que se refere à geração de empregos e ao crescimento sustentado da economia”.

²⁸ Por oportuno, recordamos que, conforme discutido no capítulo 1, o regime de competência ordena que uma despesa (variação patrimonial negativa) seja registrada na escrituração da pessoa jurídica quando ela é incorrida, independentemente da sua realização financeira. E uma despesa é incorrida quando nasce a relação jurídica que dá causa ao seu pagamento.

²⁹ *Juros sobre o Capital Próprio – Momento de dedução de despesa*. Revista Direito Tributário Atual nº 28. São Paulo: Dialética, 2012. p 322.

O ato societário que formaliza a deliberação da pessoa jurídica equivale ao relato em linguagem competente da norma jurídica individual e concreta que possui no seu consequente a relação jurídica entre a pessoa jurídica e seus sócios.

Pode até haver casos em que o estatuto ou o contrato social da pessoa jurídica preveja expressamente a possibilidade de pagamento de JCP, mas ainda assim é necessário o ato societário que evidencie os beneficiários dos JCP e os valores atribuídos a cada um deles. É por isso inclusive que a Lei 9.249/95 exige que o pagamento ou crédito dos JCP seja feito individualizadamente a cada um dos sócios, titulares ou acionistas da pessoa jurídica.

Essa linha de interpretação considera o pagamento de JCP como um evento futuro e incerto. Assim, somente com o exercício da faculdade que lhe é concedida pela Lei 9.249/95 é que a pessoa jurídica se tornaria obrigada a pagar JCP e, conseqüentemente, teria que registrar os JCP de acordo com o regime de competência.

O ano da deliberação pelo exercício dessa faculdade pode até coincidir com o ano do patrimônio líquido sobre o qual a TJLP é aplicada; contudo, ao contrário do que afirma a RFB, tal coincidência não seria *conditio sine qua non* para a dedução dos JCP. Não há base legal que sustente tal afirmação. É o que também entende Edmar Oliveira Andrade Filho. Vejamos:

Em princípio não existem normas que proíbam que os sócios ou acionistas deliberem o pagamento de juros tendo como base de cálculo o patrimônio líquido de outro exercício já encerrado. Todavia, o fato de tomar como parâmetro um fator do passado não significa que a decisão retroage a esse passado para fazer com que os juros fossem devidos desde então.

Da mesma forma, também carece de fundamentação legal a afirmação de que a não deliberação do pagamento dos JCP no devido tempo acarretaria renúncia do direito do contribuinte à dedução dos JCP ou então a preclusão desse direito por decurso do prazo hábil para fazê-lo³⁰. Decerto que a lei não estabelece nenhum prazo para exercício da faculdade em comento. Tampouco há qualquer previsão legal que permita inferir que a não deliberação do pagamento dos JCP até o término de determinado ano-calendário implique na renúncia da pessoa jurídica a esse direito.

Ricardo Mariz de Oliveira³¹ compartilha do mesmo entendimento, ao afirmar que

³⁰ O termo “preclusão” está mais ligado à preclusão de um direito processual. Assim, a despeito de os agentes fiscais da RFB utilizarem o termo preclusão, por estarmos tratando de um direito potestativo material, entendemos que o termo mais apropriado seria “decadência”.

³¹ Op cit. p. 335.

o fundamental é que a preclusão depende de norma legal que a estipule, a qual não é encontrada no art. 9º da Lei nº 9.249 ou em qualquer outro lugar do ordenamento em vigor.

Do mesmo modo, a renúncia tem que ser manifestada expressamente pelo titular de um direito que não queira exercê-lo agora e no futuro. Admite-se que a renúncia possa ser tácita ou presumida em decorrência da simples omissão da prática de um ato pelo qual se exerceria o direito, mas ela somente é admissível quando cominada pela lei (...). Ora, isso não ocorre com o art. 9º da Lei nº 9.249 (...).

Segundo a posição defendida pelos contribuintes, o momento de dedução das despesas relativas aos JCP corresponde ao ano em que se delibera pelo pagamento de tais juros, ainda que eles compreendam lapso temporal anterior (ou até superior) ao período em que há a deliberação dos JCP seguida do pagamento ou crédito individualizado desses. Assim, a interpretação do artigo 29 da IN 11/96 adotada pelos contribuintes difere daquela adotada pela RFB.

Numa interpretação conforme a Lei 9.249/95, a inclusão da expressão “observado o regime de competência” no artigo 29 da IN 11/96 poderia simplesmente corroborar o raciocínio de que a despesa correspondente ao pagamento ou crédito dos JCP é dedutível quando efetivamente incorrida, pois é nesse momento que ela se torna devida de modo incondicional e irreversível, tal qual disposto no Parecer Normativo CST nº 58/77, citado no capítulo 1.

Destarte, não necessariamente o artigo 29 da IN 11/96 deve ser considerado ilegal. Ilegal seria a interpretação dada pelo fisco a esse dispositivo. Por expor de maneira tão clara e singela os argumentos que sustentam a tese dos contribuintes, mais uma vez lançamos mão das valiosas lições de Ricardo Mariz de Oliveira para endereçar esse ponto³². *In verbis*:

Precisar-se-ia de muita liberdade exegética para dizer que a alusão ao regime de competência traria automaticamente a ideia de que o período competente seria o da apuração do valor da remuneração, e não o do pagamento ou crédito individualizado, porque, para tanto, a instrução normativa teria que ter sido explícita e específica, e não se limitado a fazer mera e genérica referência ao regime de competência. Ademais, se assim tivesse feito, teria corrido o risco de extravasar o limite da legalidade, pois iria chocar-se frontalmente com o art. 9º da Lei nº 9.249 e com as demais normas legais já referidas.

Alguns autores amparam-se no entendimento de que os JCP possuem natureza jurídica de dividendo³³ para apresentar argumento adicional a favor da tese de que a obrigação de

³² Op. Cit. p. 330.

³³ Dentre os autores que sustentam a tese de que os JCP possuem a natureza jurídica de dividendo, podemos citar Alberto Xavier (*Direito Tributário Internacional do Brasil*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010), Modesto Carvalhosa (*Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. 1º vol. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002), Rodrigo Maitto da Silveira (*Distribuição Desproporcional de Juros sobre o Capital Próprio*. Revista Dialética de Direito

pagar JCP surge somente quando o seu pagamento é deliberado. Segundo esses autores, o artigo 9º da Lei 9.249 teria apenas instituído um regime opcional de tributação dos lucros distribuídos pela pessoa jurídica³⁴.

Em síntese, eles alegam que, apesar de o enunciado do artigo 9º da Lei 9.249/95 utilizar o termo “juros”, a análise de todos os elementos que cercam esse instituto leva o jurista à conclusão de que, na essência, os JCP são uma forma de distribuição de lucros aos sócios de uma empresa, dado que a distribuição de JCP está condicionada à existência de lucros acumulados ou de lucro no exercício de sua distribuição, assim como os dividendos previstos pela Lei 6.404/76³⁵. Além disso, os JCP só podem ser distribuídos aos detentores de participação no capital da empresa.

Parte da doutrina, no entanto, não concorda com esse argumento adicional, pois, assim como o Fisco, entende que os JCP possuem natureza jurídica de juros³⁶. Há ainda quem entenda que o artigo 9º da Lei 9.249/95 na realidade instituiu nova figura jurídica³⁷. Além disso, a tese de que os JCP possuem natureza jurídica de dividendos não é muito bem aceita pela jurisprudência brasileira.

Assim, não nos debruçaremos sobre a discussão acerca da natureza jurídica dos JCP por entender que ela não é essencial para a solução da controvérsia abordada neste trabalho, qual seja: a correta aplicação do regime de competência aos JCP para fins de dedução fiscal, especialmente quando os JCP são pagos ou creditados em período posterior àquele

Tributário nº 213. São Paulo: Dialética, 2013) e Paulo Ayres Barreto (*Juros sobre o Capital Próprio: Não-Incidência de PIS e COFINS*. Revista de Direito Tributário nº 100. São Paulo: Malheiros, 2008).

³⁴ Dentre os autores que defendem essa tese, citamos Waldir Luiz Braga (*IRPJ/CSLL – Remuneração sobre Capital Próprio – Pagamento Retroativo – Possibilidade*. Revista Dialética de Direito Tributário nº 87. São Paulo: Dialética, 2002) e Vinicius Feliciano Tersi (*Juros sobre Capital Próprio de Períodos Anteriores: um Retrato Contábil e Tributário da Dedutibilidade*. In: Roberto Quiroga Mosquera e Alessandro Broedel Lopes (coords.). *Controvérsias Jurídico Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)*. 3º vol. Dialética: São Paulo, 2012).

³⁵ Essa tese ainda teria o amparo de atos exarados pela CVM, pela SUSEP e pelo BACEN, que ordenam a reclassificação dos JCP registrados como despesa financeira para a conta de lucros ou prejuízos acumulados, a fim de que os efeitos do regime tributário imposto aos JCP pela Lei 9.249/95 não afetem a demonstração do resultado das pessoas jurídicas sujeitas ao controle e à fiscalização daqueles órgãos. A esse propósito, vide a Deliberação CVM nº 207, de 13 de dezembro de 1996 (revogada pela Deliberação CVM nº 638, de 30 de agosto de 2012), a Circular BACEN nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997, e a Resolução CNSP (SUSEP) nº 86, de 19 de agosto de 2002.

³⁶ Vide, nesse sentido, Ricardo Mariz de Oliveira (*Juros de remuneração do capital próprio*. Revista Direito Tributário Atual nº 15. São Paulo: Dialética/IBDT, 1998) e Fábio Ulhoa Coelho (*A participação nos resultados das companhias (dividendos e juros sobre o capital próprio) e os direitos dos acionistas minoritários*. In: Roberto Quiroga Mosqueira (coord.). *Aspectos atuais do direito do mercado financeiros e de capitais*. 2º vol. São Paulo: Dialética, 2000).

³⁷ Nesse sentido, baseado na autonomia do Direito Tributário, Luís Eduardo Schoueri conclui que “o legislador pode utilizar-se de conceitos próprios, sem qualquer correspondência com noções privadas, para disciplinar a tributação”. (*Juros sobre o capital próprio: natureza jurídica e forma de apuração diante da “nova contabilidade”*. In: Roberto Quiroga Mosquera e Alessandro Broedel Lopes (coords.). *Controvérsias Jurídico Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)*. 3º vol. Dialética: São Paulo, 2012. p. 192)

correspondente ao patrimônio líquido sobre o qual foram calculados. Independentemente da natureza jurídica dos JCP, o que irá definir a qual período eles competem é o momento que surge a relação jurídica que dá causa do seu pagamento, pois é nesse momento que a pessoa jurídica irá incorrer na despesa relativa aos JCP.

3.3. Terceira linha de interpretação

Os JCP competem ao período correspondente ao patrimônio líquido sobre o qual são calculados e devem observar os limites de dedutibilidade desse mesmo período. Nada obstante, os JCP calculados sobre as contas do patrimônio líquido de um dado exercício podem ser deduzidos em exercícios posteriores, desde que os efeitos dessa dedução posterior não sejam diferentes daqueles que seriam verificados caso os JCP fossem deduzidos no seu ano de competência, nos termos do artigo 273 do RIR/99.

De acordo com essa linha de interpretação, ainda que se admita que os JCP compitam ao mesmo ano do patrimônio líquido sobre o qual são calculados, logo, sujeitos ao limite de dedutibilidade apurados nesse ano, as despesas relativas aos JCP poderiam ser deduzidas em exercícios posteriores, desde que essa dedução não resulte em postergação do pagamento do IRPJ e da CSLL ou em redução indevida da base de cálculo desses tributos. Nesse sentido, vejamos o que dispõe o artigo 273 do RIR/99:

Art. 273. A inexatidão quanto ao período de apuração de escrituração de receita, rendimento, custo ou dedução, ou do reconhecimento de lucro, somente constitui fundamento para lançamento de imposto, diferença de imposto, atualização monetária, quando for o caso, ou multa, se dela resultar (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 5º):

I - a postergação do pagamento do imposto para período de apuração posterior ao em que seria devido; ou

II - a redução indevida do lucro real em qualquer período de apuração.

§ 1º O lançamento de diferença de imposto com fundamento em inexatidão quanto ao período de apuração de competência de receitas, rendimentos ou deduções será feito pelo valor líquido, depois de compensada a diminuição do imposto lançado em outro período de apuração a que o contribuinte tiver direito em decorrência da aplicação do disposto no § 2º do art. 247 (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 6º).

§ 2º O disposto no parágrafo anterior e no § 2º do art. 247 não exclui a cobrança de atualização monetária, quando for o caso, multa de mora e juros de mora pelo prazo em que tiver ocorrido postergação de pagamento do imposto em virtude de inexatidão quanto ao período de competência (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 7º, e Decreto-Lei nº 1.967, de 23 de novembro de 1982, art. 16).

Essa linha de interpretação decorre do argumento subsidiário apresentado pela doutrina contra a tese da Fazenda Nacional. Não obstante, em alguns precedentes ela foi adotada como linha de defesa do contribuinte.

A diferença entre a terceira linha de interpretação e a segunda é a de que, naquela, os efeitos da dedução dos JCP em exercício posterior não podem ser diferentes daqueles que seriam verificados caso os JCP fossem deduzidos no seu ano de competência. Assim, caso os JCP compitam a período em que foi apurado prejuízo fiscal, mesmo que no ano da deliberação pelo pagamento dos JCP tenha sido apurado lucro tributável, os JCP não poderão ser deduzidos da base de cálculo do IRPJ e sim agregados aos prejuízos fiscais acumulados pela pessoa jurídica³⁸.

Além disso, a adoção da terceira linha de interpretação como linha de defesa para justificar a dedução de JCP retroativos impõe que o patrimônio líquido de cada período subsequente seja ajustado para refletir os pagamentos dos JCP de períodos anteriores, na medida em que tais distribuições acabariam reduzindo o patrimônio líquido e o total de lucros acumulados de períodos futuros e, como consequência, o limite de dedução dos JCP desses períodos futuros.

Neste sentido, tais mudanças no patrimônio líquido também devem ser contempladas na conta de lucros acumulados, já que a sua metade consiste em um dos parâmetros para aferir os limites de dedução dos JCP. O outro parâmetro, representado pela metade do lucro líquido obtido pela empresa no ano de competência dos JCP, não seria afetado; assim como a regra segundo a qual o limite efetivo de dedutibilidade a ser considerado corresponde ao maior desses dois parâmetros.

Em suma, essa linha de interpretação admite o pagamento dos JCP relativos a períodos já encerrados, mas impõe ao contribuinte a redução das contas do patrimônio líquido dos períodos anteriores com base nos valores que seriam deduzidos a título de JCP caso esses fossem deduzidos tempestivamente.

Conforme mencionado quando da análise da primeira linha de interpretação (adotada pela RFB), como forma de justificar a vedação à dedução dos JCP em ano-calendário posterior ao qual eles competem, as autoridades já chegaram a alegar violação do princípio da independência (ou autonomia) dos exercícios fiscais. De acordo com esse princípio, uma

³⁸ De acordo com o artigo 510 do RIR/99, os prejuízos fiscais apurados a partir do encerramento do ano-calendário de 1995 poderão ser compensados com o lucro líquido ajustado (pelas adições e exclusões), observado o limite máximo, para compensação, de trinta por cento do referido lucro líquido ajustado.

despesa que compete a um ano-calendário não pode ser deduzida em outro, independentemente do motivo para a não dedução dessa despesa no seu exercício competente.

Ocorre que, nas palavras de Edmar Oliveira Andrade Filho, esse princípio “fora banido da ordem jurídica após o advento do Decreto-lei nº 1.598/77”³⁹. Assim, na opinião do autor, a impossibilidade de dedução dos JCP em exercício posterior ao de sua competência não possui base legal, visto que o princípio da independência dos exercícios fiscais não mais vigora em nosso sistema jurídico. Vejamos o quanto segue:

Após o advento do Decreto-lei nº 1.598/77, aquele princípio deixou de ter vigência e a Lei nº 9.249/95 não o ressuscitou; logo a opinião das autoridades fiscais antes exposta não possui base legal.

Também não é possível alegar que a dedução dos JCP em período posterior não é possível por força da ocorrência de renúncia tácita ou então decadência do direito do contribuinte. Conforme já exposto quando da análise da linha de interpretação anterior, tal alegação não possui base legal. Além disso, essa vedação contraria o princípio da continuidade contábil⁴⁰.

O artigo 273 do RIR/99 trata da cobrança de imposto, diferença de imposto e de penalidades, quando houver inobservância do regime de competência em relação à escrituração de receitas e despesas, na hipótese em que desse procedimento resulte (i) a postergação do pagamento do imposto para período posterior àquele que seria devido ou (ii) a redução indevida do lucro real em qualquer período de apuração.

As situações em que há postergação do pagamento do imposto são demonstradas no Parecer Normativo COSIT nº 2, de 28 de agosto de 1996. De acordo com esse Parecer, em suma, apenas o diferimento do momento do reconhecimento de receita ou a antecipação do momento do registro de despesa permitem a lavratura de um auto de infração em decorrência da inobservância do princípio da competência.

Sendo assim, mesmo se for entendido que os JCP competem ao exercício sobre cujo patrimônio líquido são calculados, o diferimento do momento do reconhecimento dessa despesa não permitiria a lavratura de auto de infração pelas autoridades fiscais se tanto no ano-calendário competente quanto no ano-calendário do pagamento forem apuradas bases de cálculo positivas. Nesse caso, é válido destacar que o cômputo de despesas em período

³⁹ Op. cit. p. 459

⁴⁰ De acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 750, de 29 de dezembro de 1993, “o Princípio da Continuidade pressupõe que a Entidade continuará em operação no futuro e, portanto, a mensuração e a apresentação dos componentes do patrimônio levam em conta esta circunstância”.

posterior representaria mera postergação de despesa, em desfavor da pessoa jurídica e em benefício do fisco.

Assim, o procedimento descrito no parágrafo anterior somente poderia ser questionado, na prática, caso as autoridades fiscais venham a comprovar que tal postergação resulta em prejuízo para o fisco (o chamado “efeito diverso”), a teor do que dispõe o artigo 34 da IN 11/96⁴¹.

Para compreender o chamado “efeito diverso”, é necessário ter em consideração que, via de regra, o registro posterior de uma despesa não ocasiona prejuízo para o fisco. Caso a alíquota do imposto seja a mesma nos dois exercícios, configura-se mera inexatidão contábil, sem efeitos tributários.

Por outro lado, tal procedimento adquire relevância fiscal quando o contribuinte, numa situação de prejuízo fiscal visa, ao postergar a despesa, alocar a respectiva dedução para um período em que a pessoa jurídica auferir lucro tributável. Assim, tem-se capacidade plena para absorver tal dedução, em prejuízo da aplicação do limite de 30% para a compensação de prejuízos fiscais, que seria aplicado caso a despesa fosse alocada ao período competente.

Portanto, em termos práticos, o fisco somente poderia questionar a postergação da dedução das despesas com JCP caso houvesse (i) mudança na alíquota do IRPJ e da CSLL entre os períodos considerados, que resulte em recolhimento de tributo a menor, ou (ii) caso a pessoa jurídica apresentasse prejuízo fiscal no ano de competência dos JCP e viesse a postergar a sua dedução para período posterior, no qual apresente lucro tributável.

No entanto, devemos acrescentar que, à luz de precedentes emanados pelas cortes administrativas, existe o risco de o fisco glosar a dedução extemporânea de despesas em momento posterior ao prazo decadencial (ou seja, em momento posterior ao encerramento do período-base no qual, segundo o fisco, a despesa deveria ter sido deduzida).

Com efeito, existem precedentes em que o CARF tem reafirmado a possibilidade de postergação de despesa, desde que não resulte em prejuízo ao fisco, mas prevê que tal dedução é possível desde que seja feita dentro do prazo decadencial de cinco anos da data da ocorrência do fato gerador (ou seja, cinco anos da data de encerramento do período-base no qual a despesa deveria ter sido deduzida) (a esse respeito, citamos o acórdão nº 103-22.250, de 11 de agosto de 2006⁴²).

⁴¹ “Art. 34. Para efeito de determinação do lucro real, as exclusões do lucro líquido, em período-base subsequente àquele em que deveria ter sido procedido o ajuste, não poderão produzir efeito diverso daquele que seria obtido, se realizadas na data prevista.”

⁴² IPTU - DEDUTIBILIDADE - REGIME DE COMPETÊNCIA - Admissível a postergação de dedução de despesa com pagamento de IPTU, decorrente de descumprimento do regime de competência, desde que

Nenhum dos precedentes que analisou a dedutibilidade de JCP retroativos tratou dessa questão em detalhes. Nada obstante, dentro do contexto em que a terceira linha de interpretação se insere, acreditamos que ela seja aplicável à postergação de despesas com JCP.

4. ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA A RESPEITO DO TEMA

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”), antigo Conselho de Contribuintes, já julgou diversos casos envolvendo a análise da dedutibilidade de JCP calculados sobre o patrimônio líquido de exercícios anteriores.

No início, a questão não era analisada com o mesmo aprofundamento técnico e riqueza de detalhes com os quais é analisada atualmente. Além disso, algumas das decisões daquele tribunal administrativo não deixavam claro qual a linha de interpretação que foi adotada para a solução do conflito. Em algumas decisões, inclusive, nota-se certa incoerência entre a premissa adotada pelos julgadores acerca do período de competência dos JCP e o limite de dedução que foi aplicado.

Apesar disso, pode-se dizer que, até o ano de 2008, a jurisprudência administrativa envolvendo a dedutibilidade de JCP retroativos vinha adotando linhas de interpretação favoráveis aos contribuintes. Em alguns precedentes foi adotada a segunda linha de interpretação e, em outros, a terceira. Nesse sentido, citamos os acórdãos n°s 108-07.641, 103-22.207, 107-08.941, 101-96.751 e 105-17.258.

O acórdão n° 103-22.207 é o único que trata de caso envolvendo pessoa jurídica sujeita ao lucro real trimestral. A análise do inteiro teor desse acórdão leva à conclusão de que o CARF adotou a terceira linha de interpretação. O precedente envolve uma empresa optante pelo lucro real trimestral que provisionou os JCP passíveis de distribuição nos três primeiros trimestres do ano, mas apenas pagou no último (momento que foram deduzidos). O IRRF incidente sobre os JCP foi recolhido em nome de cada um dos sócios da empresa, ao final de cada um dos trimestres. Esse procedimento relativo ao IRRF foi aceito pelo Conselho de Contribuintes como uma forma de individualização dos beneficiários do JCP. Assim, todos os requisitos para dedução dos JCP no seu período de competência teriam sido cumpridos. A sua dedução teria ocorrido em período posterior (4º trimestre) simplesmente porque foi nesse período que a deliberação ocorreu.

No acórdão n° 101-96.751 foi adotada a segunda linha de interpretação (mesmo que calculados sobre o patrimônio líquido de anos anteriores, os JCP competem ao ano em que o seu pagamento ou crédito é deliberado). Mas no caso analisado pelo tribunal, o contribuinte realizou procedimento desnecessário, que acaba por afetar negativamente a base de cálculo dos JCP. Ele consiste no cálculo, ano a ano, dos JCP passíveis de dedução, o registro no resultado da despesa financeira correspondente e a adição via Lalur do montante dos JCP cuja distribuição não foi deliberada. Por não ter havido a deliberação, não há obrigação de pagar

JCP. Assim, as despesas financeiras registradas pelo contribuinte teriam o caráter de provisão (inedutíveis para IRPJ e CSLL, conforme o artigo 13 da Lei 9.249/95) e por isso foram corretamente adicionadas pelo contribuinte. Esse procedimento é semelhante àquele que deve ser adotado quando a dedução extemporânea dos JCP é admitida sob a ótica da terceira linha de interpretação, que parte da premissa de que os JCP competem ao mesmo ano do patrimônio líquido sobre o qual são calculados. Ocorre que, se for adotada a premissa de que os JCP competem ao exercício em que o seu crédito ou pagamento foi deliberado, tal procedimento acaba por reduzir desnecessariamente o patrimônio líquido da pessoa jurídica. Isso porque, muito embora ineditíveis para fins fiscais, assim como as despesas, as provisões afetam negativamente o lucro líquido da empresa. Ao término do exercício, esse lucro líquido é transferido para a conta de lucros ou prejuízos acumulados, uma das contas do patrimônio líquido sobre as quais a TJLP é aplicada. Assim, se o próprio contribuinte defende que os JCP competem ao ano em que seu pagamento é deliberado, devendo ser observados os limites apurados nesse ano, não há porque provisionar os valores de JCP que seriam passíveis de distribuição em cada ano

Já no acórdão nº 105-17.258, os argumentos apresentados pelo contribuinte nesse caso demonstram que a sua linha de defesa se pautou na terceira linha de interpretação, pois, em síntese, o contribuinte não negou o entendimento da RFB de que os JCP competem ao ano do patrimônio líquido sobre o qual são calculados, mas invocou os preceitos do artigo 273 do RIR/99 para defender a possibilidade de dedução dos JCP retroativos no ano em que pagos. Ao longo do seu voto, o relator do caso desenvolveu raciocínio pelo qual parecia que iria adotar a tese do contribuinte, principalmente porque também partiu da premissa de que os JCP pertencem ao mesmo ano do patrimônio líquido sobre o qual são calculados e porque rechaçou a aplicação do princípio da independência dos exercícios fiscais, suscitado pela primeira instância administrativa. Contudo, ao final do seu voto, o relator afirma que o limite de dedutibilidade a ser observado é aquele apurado no ano em que o pagamento dos JCP é deliberado. Além disso, em nenhum momento o acórdão faz referência à necessidade de se ajustar os patrimônios líquidos dos exercícios anteriores, ano a ano. Assim, não ficou claro se nesse caso foi adotada a segunda ou a terceira linha de interpretação, pois os limites de dedutibilidade considerados pelo CARF não condizem com a premissa que foi adotada

No entanto, dos acórdãos mencionados até agora, vale destacar o acórdão nº 107-08.941, referente a sessão de julgamento realizada em 28 de março de 2007, pois corresponde ao primeiro precedente em que foi adotada a segunda linha de interpretação e que apresentou

uma análise mais detalhada do tema. Cumpre destacar que a decisão em favor do contribuinte foi tomada à unanimidade. Vejamos a seguir a sua ementa:

IRPJ – JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - JCP – PAGAMENTO ACUMULADO – POSSIBILIDADE – Provado nos autos do processo que, ano a ano, a recorrente tinha capacidade para distribuir JCP, nada obsta que possa fazê-lo em ano calendário posterior, de forma acumulada. IRPJ – JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO - JCP – PAGAMENTO ACUMULADO – LIMITES PARA AFERIÇÃO DE DEDUTIBILIDADE – Ainda que nada obste a distribuição acumulada de JCP - desde que provada, ano a ano, ter este sido passível de distribuição -, para efeitos de aferição dos limites possíveis de dedutibilidade do encargo, se deve levar em conta os parâmetros existentes no ano-calendário em que se deliberou a sua distribuição. (Acórdão n° 107-08.941, 7ª Câmara, Publicado em 31/08/2007)

Destacamos abaixo um trecho do voto do relator desse processo, o Conselheiro Natanael Martins:

Todavia, a rigor, parece-me mais coerente o raciocínio que adota o período-base em que os juros estariam sendo efetivamente pagos ou creditados, como aquele em que os limitadores devem ser baseados. Sob tal visão, o que determina o período de competência para o reconhecimento dos juros sobre o capital próprio é a decisão soberana dos sócios e acionistas em assembleia ou ato societário próprio. Assim, tendo a legislação tributária vinculado a dedutibilidade dos encargos de JCP à sua disponibilização e estando essa disponibilização sujeita à deliberação da assembleia de sócios e acionistas, o período de competência é o de reconhecimento dos juros.

Adicionalmente, é importante destacar que, em 2009, no julgamento do Recurso Especial n° 1.086.752/PR a Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, a unanimidade, também reconheceu o direito de o contribuinte reconhecer como despesa dedutível os valores de JCP pagos relativos a períodos anteriores:

MANDADO DE SEGURANÇA. DEDUÇÃO. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO DISTRIBUÍDOS AOS SÓCIOS/ACIONISTAS. BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL. EXERCÍCIOS ANTERIORES. POSSIBILIDADE. I - Discute-se, nos presentes autos, o direito ao reconhecimento da dedução dos juros sobre capital próprio transferidos a seus acionistas, quando da apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL no ano-calendário de 2002, relativo aos anos-calendários de 1997 a 2000, sem que seja observado o regime de competência. II - A legislação não impõe que a dedução dos juros sobre capital próprio deva ser feita no mesmo exercício-financeiro em que realizado o lucro da empresa. Ao contrário, permite que ela ocorra em ano-calendário futuro, quando efetivamente ocorrer a realização do pagamento. III - Tal conduta se dá em consonância com o regime de caixa, em que haverá permissão da efetivação dos dividendos quando esses foram de fato despendidos, não importando a época em que ocorrer, mesmo que seja em exercício distinto ao da apuração. IV - "O entendimento preconizado pelo Fisco obrigaria as empresas a promover o creditamento dos juros a seus acionistas no mesmo exercício em que apurado o lucro, impondo ao contribuinte, de forma oblíqua, a época em que se deveria dar o exercício da prerrogativa concedida pela Lei 6.404/1976". V -

Recurso especial improvido. (REsp 1086752/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/02/2009, DJ-e 11/03/2009)

Ao mesmo tempo em que a decisão acima parece adotar o entendimento de que os JCP competem ao ano-calendário do patrimônio líquido sobre o qual são calculados, ela permite que eles sejam deduzidos em anos posteriores. No âmbito da jurisprudência judicial, a dedutibilidade dos JCP calculados sobre o patrimônio líquido de anos anteriores ainda não foi analisada com o mesmo rigor técnico e a mesma profundidade do CARF. Assim, não é possível encaixar a decisão acima perfeitamente em nenhuma das três linhas de interpretação retratadas no capítulo anterior.

Sem prejuízo disso, o destaque dessa decisão vai para o fato de que o STJ não aceitou o argumento de que os JCP são dedutíveis somente se pagos no ano correspondente ao patrimônio líquido sobre o qual são calculados. Ainda, por ter admitido a possibilidade de os JCP serem pagos ou creditados em ano posterior ao do patrimônio líquido sobre o qual são calculados, quer nos parecer que os limites dedutibilidade a serem observados seriam aqueles aplicáveis ao ano do pagamento ou do crédito.

No entanto, é importante observar que a partir do final de 2008, o posicionamento do CARF foi sensivelmente alterado. Com efeito, ao analisar casos semelhantes após tal data, este tribunal administrativo adotou o entendimento de que contribuinte não poderia deduzir as despesas com pagamento de JCP relativos a períodos anteriores, pois haveria um flagrante desrespeito ao regime de competência que rege a apuração do lucro real, conforme se verifica do julgado abaixo:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA IRPJ
REGIME DE COMPETÊNCIA.

Os juros sobre o capital próprio, como, de regra, as demais despesas, somente podem ser levados ao resultado do exercício a que competirem. (Acórdão nº 1201-00.348, 1ª Seção de Julgamento, 2ª Câmara, 1ª Turma, Publicado em 30/05/2011)

Como se pode observar do trecho do voto vencedor, desfavorável ao contribuinte, proferido no julgamento do acórdão acima indicado, o CARF sustentava a indissociável relação entre o período de apuração e pagamento dos JCP:

Em outras palavras, se pretender gozar da faculdade de distribuir JCP a seus sócios, a pessoa jurídica deverá reconhecer a despesa ao longo do tempo em que empregado o capital objeto da remuneração. Constituída, se for o caso, a obrigação de distribuir JCP, a pessoa jurídica poderá extingui-la imediatamente através de “pagamento” ao sócio ou deixar a extinção para momento posterior, caso em que deverá registrar, também imediatamente o crédito ao sócio. Como, no caso, a contribuinte deduziu no ano-calendário de 1999 despesas com JCP que, por força do regime de competência,

somente poderiam ter sido levadas ao resultado dos anos de 1997 e 1998, voto por manter essa parcela do lançamento.

Esse mesmo entendimento foi mantido em outros quatro acórdãos sobre o tema proferidos durante os anos de 2009 e 2011, quais sejam: 1302-00.465, 1302-00.044, 1401-00.348 e 1401-000.585.

Por vezes, os acórdãos que mantêm as autuações contra os contribuintes costumam utilizar uma linguagem dúbia e obscura. O raciocínio desenvolvido pelos relatores não permite identificar ao certo a corrente adotada pelos julgadores. Há inclusive situações em que são citados doutrinadores contrários à tese do Fisco como argumento de autoridade para justificar a glosa das deduções de JCP retroativos.

Não obstante esse cenário desfavorável da jurisprudência administrativa que começou a se formar a partir de 2008, o CARF mais uma vez alterou o seu entendimento no julgamento do acórdão nº 1402-001.178. Em sessão realizada em 11 de setembro de 2012 foi reafirmada a possibilidade de dedução das despesas com o pagamento de JCP referente a exercícios anteriores. E no final do mesmo ano, em sessão realizada em 4 de dezembro, outra decisão favorável ao contribuinte foi prolatada, por meio do acórdão nº 1401-000.901. Em ambos os acórdãos foi adotada a segunda linha de interpretação.

No acórdão nº 1401-000.901, o seu relator rebate cada um dos argumentos da tese do Fisco (primeira linha de interpretação) e fundamenta com muita clareza e rigor técnico porque a segunda linha de interpretação é a mais adequada ao caso. Nesse sentido, transcrevemos a seguir a ementa desse acórdão, que reflete a profundidade e a precisão técnica com que o caso foi analisado. *In verbis*:

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - DEDUTIBILIDADE - LIMITE TEMPORAL - O período de competência, para efeito de dedutibilidade dos juros sobre capital próprio da base de cálculo do imposto de renda, é aquele em que há deliberação de órgão ou pessoa competente sobre o seu pagamento ou crédito. Inclusive, a remuneração do capital próprio pode tomar por base o valor existente em períodos pretéritos, desde que respeitado os critérios e limites de dedutibilidade previstos em lei na data da deliberação do pagamento ou creditamento. **PRECLUSÃO. INAPLICABILIDADE.** A preclusão está relacionada à perda de direitos, faculdades ou poderes processuais, não se relacionando à hipótese de ausência de deliberação de JCP em exercícios anteriores. **RENÚNCIA. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA.** Não há previsão legal sobre a configuração de renúncia de direito no caso de ausência da deliberação do pagamento dos JCP. A renúncia de direitos deve ser interpretada de forma restrita, não devendo o silêncio do acionista ser interpretado como ato volitivo de abdicação de direito, gerando efeitos tributários. **LANÇAMENTO DECORRENTE - CSLL** - Tratando-se de lançamento reflexo, a solução dada ao lançamento matriz é aplicável, no que couber, ao lançamento decorrente, quando não houver fatos novos a ensejar decisão diversa, ante a íntima relação de causa e efeito que os vincula. (Acórdão nº

1401-000.901, 1ª Seção de Julgamento, 4ª Câmara, 1ª Turma Ordinária, Publicado em 25/06/2013).

Ocorre que, um dia após essa decisão, a 3ª câmara da mesma turma proferiu o acórdão de nº 1301-001.118⁴³ desfavorável aos contribuintes, alegando a impossibilidade de se deduzir, em ano-calendário posterior, despesas relativas JCP calculado sobre o patrimônio líquido de exercício já encerrado.

Como se verifica, a jurisprudência administrativa sobre o assunto tem sofrido constantes oscilações com o decorrer do tempo, não sendo possível afirmar, portanto, que existe atualmente um entendimento consolidado sobre essa questão no âmbito do CARF.

A jurisprudência judicial a respeito do assunto ainda é pobre. Ela carece de precedentes em que tenha sido realizada uma análise mais densa dos argumentos do fisco *versus* os argumentos dos contribuintes. O único precedente judicial das cortes superiores existente atualmente é aquele citado anteriormente.

Sem olvidar a indefinição da jurisprudência a respeito do assunto, acreditamos que a linha de interpretação que deve ser seguida pelos tribunais administrativos é a segunda, pois ela é a que representa a melhor forma de aplicação do regime de competência aos JCP. Além de trazer as soluções mais coerentes para os pontos controversos a respeito dos deixados pela Lei 9.249/95.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a existência de uma decisão proferida pelo STJ em favor dos contribuintes, confere possíveis chances de sucesso em uma eventual discussão da matéria no âmbito do Poder Judiciário.

⁴³ Publicado em 02/04/2013.

CONCLUSÕES

Diante de todas as ideias veiculadas no presente trabalho a respeito do período de apuração a que os JCP competem e da dedutibilidade desses quando calculados sobre o patrimônio líquido de períodos já encerrados, podemos concluir o seguinte:

1. Via de regra, o IRPJ e a CSLL adotam o regime de competência para fins de determinação do período em que as variações patrimoniais positivas (receitas) e negativas (despesas) devem ser registradas na escrituração de uma pessoa jurídica. No entanto, o lucro real é o único regime de tributação que considera o efeito das despesas sobre o patrimônio da pessoa jurídica para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, uma vez que ele parte do lucro líquido apurado de acordo com a Lei 6.404/76.

2. De acordo com o regime de competência, uma despesa somente deve ser registrada pela pessoa jurídica quando ela é incorrida, isto é, quando nasce a relação jurídica que dá causa ao seu pagamento, independentemente do efetivo pagamento dessa despesa.

3. A partir da edição da Lei 9.249/95, os JCP pagos ou creditados individualizadamente aos sócios, titulares ou acionistas de uma pessoa jurídica passaram a poder ser deduzidos para fins de apuração do lucro real. Essa dedução é limitada ao maior dos seguintes parâmetros: 50% do lucro do exercício ou 50% dos lucros acumulados e reservas de lucros. Esses parâmetros, por seu turno, devem ser apurados no período de competência dos JCP. Ainda, diante da ausência de previsão expressa em sentido contrário, o regime aplicável para registro das despesas relativas aos JCP é o regime de competência.

4. Baseado numa interpretação, a nosso ver, equivocada do artigo 29 da IN 11/96, a RFB entende que os JCP competem ao período de apuração correspondente ao patrimônio líquido em que a TJLP é aplicada e não podem ser deduzidos em anos-calendário posteriores. Devido à adoção dessa interpretação o fisco vem glosando a dedução dos JCP calculados sobre o patrimônio líquido de períodos já encerrados.

5. Como justificativas para essa interpretação, o fisco alega (i) que a não deliberação do pagamento ou crédito dos JCP em determinado período de apuração implica na renúncia tácita ao direito de deduzi-los para fins fiscais; (ii) que o não exercício desse direito dentro do mesmo ano do patrimônio líquido sobre o qual os juros são calculados acarretaria a sua decadência; e (iii) que permitir a dedução de JCP em período posterior ao qual eles competem implicaria violação do princípio da independência dos exercícios fiscais.

6. Está implícito na tese do fisco que as despesas relativas aos JCP são incorridas ano a ano e que para usufruir o direito consignado no artigo 9º da Lei 9.249/95 é necessário que a pessoa jurídica delibere pelo pagamento de JCP com a mesma periodicidade. Discordamos desse entendimento, pois ele parece não compactuar com o disposto na exposição de motivos da Lei 9.249/95⁴⁴.

7. A doutrina apresenta uma segunda linha de interpretação, diversa da do fisco. Segundo ela, os JCP competem ao período de apuração em que se dá a deliberação pelo seu pagamento ou crédito, pois é nesse momento que nasce a relação jurídica que dá causa ao pagamento dessa remuneração. Antes disso não há como falar que a pessoa jurídica incorreu em despesas relativas a JCP. A TJLP e o patrimônio líquido seriam apenas elementos quantitativos utilizados para definir o montante passível de distribuição a título de JCP.

8. Além disso, não há disposição legal que trate da renúncia ao direito instituído pelo artigo 9º da Lei 9.249/95 ou da sua decadência. Tampouco vigora nos dias de hoje o princípio da independência dos exercícios fiscais, que foi extinto após a publicação do Decreto-Lei 1.598/77.

9. Ainda há uma terceira linha de interpretação, pela qual, mesmo que se entenda que os JCP pertencem ao ano do patrimônio líquido sobre o qual são calculados, a dedução dos JCP fora do seu período de competência é permitida, desde que observados os preceitos do artigo 273 do RIR/99 e que os patrimônios líquidos da pessoa jurídica dos períodos posteriores sejam devidamente ajustados.

10. A jurisprudência do CARF a respeito do tema é oscilante, ora dando ganho de causa ao fisco, ora dando ganho de causa aos contribuintes. Não é possível afirmar que haja uma pacificação de entendimento, tampouco o predomínio de uma determinada linha de interpretação. A jurisprudência judicial a respeito do tema é escassa, sendo que há apenas um único precedente do STJ a respeito do tema, o qual é favorável aos contribuintes.

11. A despeito da indefinição da jurisprudência, acreditamos que a segunda linha de interpretação é a que deve prevalecer, pois é a que representa a forma mais adequada da aplicação do regime de competência aos JCP. Além do que, é a que traz soluções mais bem fundamentadas para o esclarecimento de pontos controversos acerca dos JCP que não foram abordados pela Lei 9.249/95.

⁴⁴ Conforme a referida exposição de motivos, o objetivo almejado pelo legislador ao tornar dedutíveis os JCP seria o de estimular aplicações de capital em empresas brasileiras e permitir que elas aumentem o seu nível de investimento sem se endividar, conseqüentemente gerando mais empregos. Ora, para que essa consequência se verifique na prática geralmente é necessário lapso temporal superior a um ano. O que se dirá então no caso do lucro real trimestral. Pela interpretação da RFB o retorno das aplicações de capital nas empresas brasileiras deveria ser obtido dentro de um período de três meses!

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. *Imposto de Renda das Empresas*. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- ATALIBA, Geraldo. *Hipótese de Incidência Tributária*. 6ª ed. 6ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2005.
- BARRETO, Paulo Ayres. *Juros sobre o Capital Próprio: Não-Incidência de PIS e COFINS*. Revista de Direito Tributário nº 100. São Paulo: Malheiros, 2008.
- BRAGA, Waldir Luiz; NEVES, Guilherme Pereira das. *IRPJ/CSLL – Remuneração sobre Capital Próprio – Pagamento Retroativo – Possibilidade*. Revista Dialética de Direito Tributário nº 87. São Paulo: Dialética, 2002.
- CARRAZZA. Roque Antonio. *Imposto sobre a Renda (perfil constitucional e temas específicos)*. 1ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.
- CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de Direito Tributário*. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- _____. *Direito Tributário: Fundamentos Jurídicos da Incidência*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- _____. *O Absurdo da Interpretação Econômica do “Fato Gerador” – Direito e sua Autonomia – O Paradoxo da Interdisciplinariedade*. Revista de Direito Tributário nº 97. São Paulo: Malheiros.
- CARVALHOSA, Modesto. *Comentários à Lei de Sociedades Anônimas*. 1º vol. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- COELHO, Fábio Ulhoa. A participação nos resultados das companhias (dividendos e juros sobre o capital próprio) e os direitos dos acionistas minoritários. In: Roberto Quiroga Mosqueira (coord.). *Aspectos atuais do direito do mercado financeiros e de capitais*. 2º vol. São Paulo: Dialética, 2000.
- OLIVEIRA, Ricardo Mariz. *Guia IRPJ/CSLL (Atualização Fevereiro/2011)*. Disponível em www.marizsiqueira.com.br/guias_link.html. Acessado em 10 de outubro de 2013.
- _____. *Juros de remuneração do capital próprio*. Revista Direito Tributário Atual nº 15. São Paulo: Dialética/IBDT, 1998.
- _____. *Juros sobre o Capital Próprio – Momento de dedução de despesa*. Revista Direito Tributário Atual nº 28. São Paulo: Dialética, 2012.

- SANTOS, Ramon Tomazela. *Aspectos Controvertidos Atuais dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP): o Impacto das Mutações no Patrimônio Líquido, o Pagamento Acumulado e a sua Qualificação nos Acordos Internacionais de Bitributação*. Revista Dialética de Direito Tributário nº 214. São Paulo: Dialética, 2013.
- SILVEIRA, Rodrigo Maitto da; SANTOS, João Victor Guedes. *Distribuição Desproporcional de Juros sobre o Capital Próprio*. Revista Dialética de Direito Tributário nº 213. São Paulo: Dialética, 2013.
- SCHOUERI, Luis Eduardo. Juros sobre o capital próprio: natureza jurídica e forma de apuração diante da “nova contabilidade”. In: Roberto Quiroga Mosquera e Alessandro Broedel Lopes (coords.). *Controvérsias Jurídico Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)*. 3º vol. Dialética: São Paulo, 2012.
- TERSI, Vinicius Feliciano. Juros sobre Capital Próprio de Períodos Anteriores: um Retrato Contábil e Tributário da Dedutibilidade. In: Roberto Quiroga Mosquera e Alessandro Broedel Lopes (coords.). *Controvérsias Jurídico Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)*. 3º vol. Dialética: São Paulo, 2012.
- XAVIER, Alberto. *Direito Tributário Internacional do Brasil*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.